

PACTO PARA A GESTÃO DA ÁGUA EM PORTUGAL

1. Antecedentes

O acesso ao recurso natural ÁGUA, a custos aceitáveis e com a qualidade desejada, é vital para o consumo doméstico, para a indústria, para o sector agrícola e, para os mais variados serviços. A interdependência com o sector energético e agroalimentar é, por exemplo, crítica. Com cerca de três biliões de pessoas a ascenderem globalmente, nas próximas duas décadas, à categoria de “consumidores”, a pressão em termos de procura do recurso ÁGUA aumentará significativamente.

Em junho de 2020 o Center for Responsible Business & Leadership da CATÓLICA-LISBON SCHOOL organizou o evento “WATER SUMMIT”, que contou com a abertura do senhor Ministro do Ambiente e com a participação de várias empresas e entidades, e que teve como objetivo proporcionar a todos os participantes um entendimento claro sobre os desafios associados à utilização da água para o mundo dos negócios, numa lógica integrada e ao longo das cadeias de valor.

Como conclusão do evento Water Summit resultaram quatro mensagens fundamentais:

- a) A escassez de água é inegável
- b) As empresas têm um papel claro a desempenhar
- c) As parcerias são cruciais
- d) O tempo para a ação é agora

Neste contexto, as várias entidades envolvidas entenderam que se justificava um esforço coordenado para tentar transformar esta iniciativa em algo mais permanente e estruturado.

2. O Compromisso

Com a ambição de transformar numa "*call to action*" concreta as conclusões do evento, e com o propósito de colocar o tema ÁGUA no centro da agenda nacional, surgiu a proposta, como primeiro passo nesse caminho, de se assumir, em conjunto, um "**Manifesto e Compromisso para a Gestão da Água em Portugal**" (Anexo I). As entidades parceiras desta iniciativa assumem a sua responsabilidade em adotar medidas mais sustentáveis de forma a contribuir para uma gestão da água que garanta a eficácia de resposta que os desafios referidos exigem.

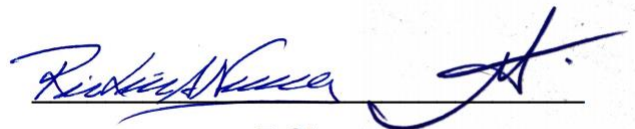
Para o efeito, os parceiros deste manifesto assumem também a necessidade de dar corpo a um **Modelo de Governação** (Anexo II), cuja missão será a de assegurar a articulação entre as diversas entidades envolvidas nesta iniciativa, e em paralelo, promover a prossecução dos **Objetivos** que constam do Anexo III.

É convicção dos atuais parceiros desta iniciativa que, pelo seu mérito intrínseco, muitas outras entidades se possam vir a associar a este Pacto de forma a que, em espírito de colaboração e com a consciência da urgência do tema, se possam encontrar as soluções para a resolução deste desafio da escassez da água em Portugal.

Assinaturas dos Membros Fundadores:



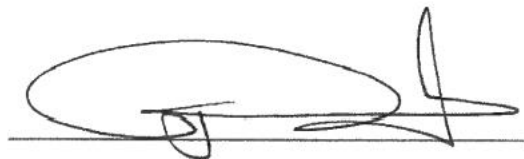
beta-i



BGI



CATÓLICA-LISBON



Esporão

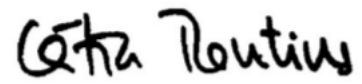
Fundação Calouste Gulbenkian



Grupo Pestana



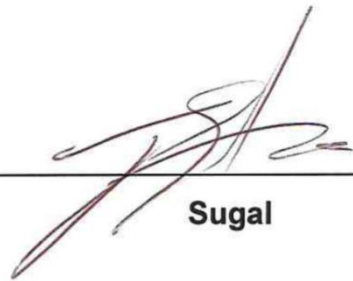
Jerónimo Martins



L'Óreal



Scubic

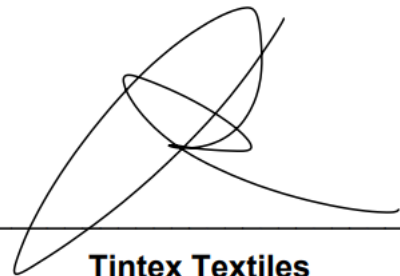


Sugal



SUPER BOCK GROUP
Super Bock Bebidas, SA

Superbock



Tintex Textiles



Veolia

ANEXO I: MANIFESTO E COMPROMISSO PARA A GESTÃO DA ÁGUA EM PORTUGAL

A água é um recurso fundamental para a nossa sobrevivência e o nosso bem-estar. O abastecimento de água, e com qualidade adequada, é absolutamente fundamental para a produção de quase tudo o que nos rodeia: da agricultura à indústria, da produção de energia aos mais diversos serviços, da saúde à tecnologia, a disponibilidade de água é um factor que se revela crítico ao longo das diversas cadeias de valor. O ano de 2020, em que o mundo enfrentou uma das maiores crises sanitárias da atualidade, recorda-nos que vivemos numa “aldeia global”, e que a nossa qualidade de vida é indissociável da proteção do planeta e dos seus recursos hídricos. É por isso urgente refletir no que irá ser necessário fazer “já hoje!” **pela sustentabilidade da água no nosso País e nas nossas atividades.**

Nestes tempos de mudança, o valor da água é claramente maior que o preço que por ela pagamos. É um recurso indispensável e por isso temos de o manter, tratar e reutilizar e, indiscutivelmente, de repensar os modelos tradicionais de operação para **contribuir para a transformação ecológica** de um setor que é imprescindível ao crescimento da economia. Ao tornar a gestão dos recursos mais eficiente e prevenir os riscos associados à gestão da água, estamos a contribuir para a circularidade económica deste recurso e na aposta em operações mais eficientes e economicamente mais resilientes.

Com três mil milhões de pessoas a aderirem à “categoria de consumidores” nas próximas duas décadas, espera-se que a procura de recursos naturais aumente consideravelmente. As necessidades de água para a produção agrícola, para a indústria e para o consumo urbano acompanharão esta tendência, num contexto em que o seu **acesso estará cada vez mais sobre pressão** devido à confluência de vários fatores: crescimento populacional, rápida urbanização e alterações climáticas. Por isso, não é surpresa que a ONU tenha incluído nos seus Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 6) a necessidade de assegurar água potável e saneamento básico para todos.

Durante o Water Summit, organizado pelo Center for Responsible Business & Leadership da CATÓLICA-LISBON School of Business & Economics, nos dias 25 e 26 de junho de 2020, foi discutida a importância da água no Mundo e, em particular, para as empresas e a economia de Portugal. As entidades participantes ilustraram que as rápidas mudanças a que hoje assistimos, ao nível do clima, das redes de fornecimento, da demografia e do ambiente, estão a contribuir aceleradamente para os perigos de escassez física e económica de água.

Uma das principais aprendizagens do Water Summit foi que o desafio para Portugal passa por tratar o tema da **gestão de água numa perspectiva integrada, colocando-o no centro da tomada de decisão** de qualquer empresa, setor, ou entidade, seja a nível local ou nacional. E que, se a água é um tema global, a sua gestão continua a ser local, devendo Portugal estar preparado para adaptar o território para os vários cenários de alterações climáticas. As diferentes regiões precisam de abordagens diferentes e, embora sejamos um país de dimensões reduzidas, a situação no Sul é muito distinta da no Norte. A gestão da água em Portugal requer a gestão das origens, dos fluxos e dos usos de água em todo o país, bem como dos desafios no seu armazenamento e da gestão energética que lhe está

associada. O principal foco prende-se com a gestão sustentável da água e como hoje a usamos. Um dos maiores desafios do setor público prende-se, por exemplo, com o facto de hoje cerca de 30% de água tratada ser perdida na sua distribuição. Isto por si representa uma importante oportunidade de melhoria. Por outro lado, a reutilização de água a partir de águas residuais tratadas deverá ser impulsionada como forma de colmatar as necessidades de alguns setores, nomeadamente a indústria. Para além das soluções mais óbvias, também a dessalinização de água do mar deverá integrar o plano de sustentabilidade da água, de forma a colmatar as questões da escassez de água, uma realidade cada vez mais presente e que nos próximos 20 anos irá sofrer um agravamento.

As preocupações ambientais incentivam a criação de medidas para promover a sustentabilidade das nossas cidades bem como da reindustrialização do setor. As maiores exigências ambientais e ecológicas promovidas pelo *Green Deal* irão contribuir para uma retoma económica sustentável e obrigar a uma gestão mais eficiente dos recursos. Por isso, este manifesto reflecte um esforço coletivo e um compromisso comum de se olhar para a sustentabilidade da água e do setor, de forma a contribuir para a resolução de um problema crescente, resultante do uso indevido e ineficiente da água. É importante, por isso, construir uma perspectiva integrada e uma estratégia de colaboração entre todas as entidades, na busca de soluções conjuntas para os desafios atuais e os que vamos enfrentar.

Perante os desafios aqui descritos, os parceiros deste manifesto assumem a sua responsabilidade para adotar medidas mais sustentáveis e acreditam que os seguintes compromissos requerem ação imediata:

- Conservar a água, minimizar perdas no abastecimento e garantir o seu uso eficiente;
- Promover a circularidade da água e a sua alocação “inteligente”, adequando a qualidade/origem ao seu uso;
- Promover o tratamento adequado das águas residuais, em toda a cadeia de valor, tendo em conta a sustentabilidade da reutilização da água tratada como medida para o combate à escassez de água. A reutilização das águas tratadas não só aumenta a quantidade de água potável disponível, como também apresenta uma dupla vantagem para o ambiente: minimiza a utilização dos recursos naturais e reduz significativamente a descarga de poluentes para o ambiente;
- Investir em infraestruturas de águas residuais e na adaptação das infraestruturas de água ao desafio das alterações climáticas;
- Investir na recolha das águas pluviais e aproveitamento para usos compatíveis não potáveis, de forma a aliviar a pressão sobre os recursos hídricos e sobre a reutilização de água e encurtar a cadeia de fornecimento, promovendo uma economia circular;
- Elaborar um plano a longo prazo para a dessalinização de água do mar;
- Investir na formação sobre os desafios da água e na aposta em inovação, potenciando o reconhecimento da necessidade de poupar e reutilizar a água, bem como de uma melhor utilização por parte dos grandes consumidores de água (incluindo restrições à utilização de água potável para atividades que possam ser executadas com águas residuais tratadas, como rega de espaços verdes, descargas sanitárias, etc.);
- Sensibilizar a população, a agricultura e a indústria para as questões associadas à escassez de água e para a adoção de políticas mais sustentáveis.

Com a atribuição dos recursos essenciais a esta missão e com o trabalho conjunto de parceiros políticos e empresariais, os riscos em torno da gestão da água em Portugal podem ser minimizados e a resiliência dos nossos sistemas naturais incrementada.

ANEXO II: MODELO DE GOVERNAÇÃO

A iniciativa é governada pelo *Steering Committee*, que supervisiona as disposições estratégicas, administrativas e financeiras da iniciativa. O *Steering Committee* é composto por:

- Um representante de cada uma das empresas fundadoras (ou membros fundadores);
- Até três representantes de empresas associadas (ou membros associados), a convite do *Steering Committee*, que cumprem mandatos escalonados de dois anos;
- Um representante do parceiro científico (LNEC);
- Pelo menos um representante da Universidade Católica que também secretaria as atividades do *Steering Committee*.

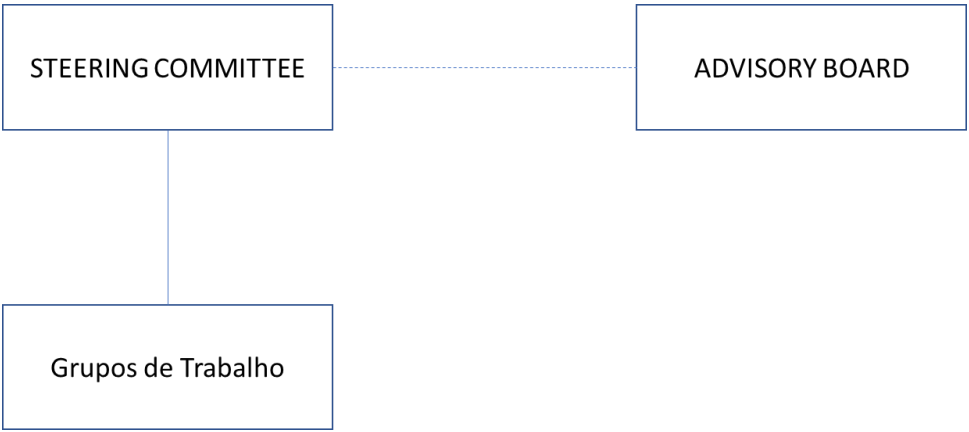
As decisões são tomadas com base num modelo de consenso. Quando não é possível chegar a consenso, uma maioria simples de votos decide as questões.

As empresas fundadoras e as empresas associadas poderão integrar um ou mais grupos de trabalho (Sensibilização; Reutilização e outros que se decida constituir), cujo relato é feito ao *Steering Committee* por um coordenador.

O *Steering Committee* terá em conta os contributos do *Advisory Board* composto por representantes de organismos que representam os interesses e a visão de diferentes *stakeholders* (ONG, organismos de investigação, organismos governamentais e associações empresariais). A composição do *Advisory Board* será definida pelo *Steering Committee*.

O *Advisory Board* funcionará como um consultor sobre potenciais boas práticas ou ações a implementar, colaborando assim na concretização dos compromissos conjuntos. Poderão também os seus membros contribuir para a promoção e comunicação desta iniciativa.

Cada uma das empresas fundadoras (ou membros fundadores) contribuirá, durante o ano 2021, com um valor de 1.000 € para despesas administrativas ligadas ao lançamento e constituição da Iniciativa. O financiamento dos Orçamentos seguintes dependerá de decisão unânime de todos os membros do *Steering Committee* e fundar-se-á essencialmente no recurso a fundos estruturais (europeus e nacionais) disponíveis para apoio às atividades que se entendam lançar.



ANEXO III: OBJECTIVOS DA INICIATIVA

Com base nos compromissos assumidos no âmbito do Manifesto, os objectivos da iniciativa pretendem promover uma maior consciencialização, aprofundamento de conhecimento e disseminação de boas práticas no seio das entidades aderentes e em Portugal nas seguintes áreas:

- Água como recurso de valor na transformação ecológica do País e o impacto na saúde, na economia e na sociedade
- A necessidade de adaptação e aceleração de medidas de mitigação no contexto das alterações climáticas (riscos de escassez e de poluição)
- A importância da reutilização da água no desenvolvimento sustentável da indústria e das cidades
- Melhores práticas para uma gestão sustentável da água
- Estratégia de integração e cooperação entre o sector privado e o sector público e autoridades (a visão do Green Deal)

Objetivos mais detalhados e mensuráveis serão definidos através do modelo de governação previsto.